



DOI: 10.12957/transversos.2023.80997

**QUILOMBO CAFUNDÓ: UM QUILOMBO MULHER (ANCESTRALIDADE,
MEMÓRIA E TRADIÇÃO MATRILINEAR)**

**QUILOMBO CAFUNDO: A WOMAN QUILOMBO (ANCESTRALITY,
MEMORY AND MATRILINEAL TRADITION)**

Andreia Aparecida de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos
andreaoliveira@estudante.ufscar.br

Geraldo Tadeu Souza

Universidade Federal de São Carlos
geraldo-souza@ufscar.br

Resumo:

Este artigo tem como objetivo investigar o protagonismo das mulheres numa linha matrilinear na formação da Comunidade do Quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora - SP, em depoimentos sonoros das e sobre as Matriarcas Dona Ifigenia Maria das Dores, Dona Benedita Pires Pedroso e Dona Maria Aparecida Rosa de Aguiar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental em arquivos sonoros da Coleção Projeto Cafundó da Plataforma de Documentos Sonoros do Centro de Documentação Alexandre Eulálio da UNICAMP, com fundamentação na obra de Carlos Vogt e Peter Fry (VOGT; FRY, 2013); Lélia Gonzales (GONZALES, 2020) e Beatriz Nascimento (RATTS, 2006). Os resultados apontam para o resgate da ancestralidade e das memórias das matriarcas no registro da história do Quilombo do Cafundó, reconstituindo parte desse passado em sua linha matrilinear que ainda atravessa as gerações atuais.

Palavras-Chave: Ancestralidade; Mulher Negra; Quilombo Cafundó; Memórias; Tradição matrilinear.

Abstract

This article aims to investigate the protagonism of women in a matrilinear line in the formation of the Quilombo Cafundó Community, in Salto de Pirapora - SP, in sound files about and of the Matriarchs Dona Ifigenia Maria das Dores, Dona Benedita Pires Pedroso and Dona Maria Aparecida Rosa de Aguiar. This is a bibliographical and documentary research in sound files from the Projeto Cafundó Collection of the Sound Documents Platform of the Alexandre Eulálio Documentation Center at UNICAMP, based on the work of Carlos Vogt and Peter Fry (VOGT; FRY, 2013); Lélia Gonzales (GONZALES, 2020) and Beatriz Nascimento (RATTS, 2006). The results point to the rescue of the ancestry and memories of the matriarchs in the history of Quilombo do Cafundó, reconstituting part of that past in its matrilinear line that still crosses current generations.

Keywords: Ancestry; Black woman; Quilombo Cafundó; Memoirs; Matrilinear tradition

1. Introdução

Um dos estudos importantes sobre a história dos quilombos no Brasil é o livro de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (REIS; SANTOS GOMES, 2000), que em sua Introdução, *Uma história da liberdade*, aponta aspectos importantes para contextualizar a história do Quilombo do Cafundó e sua constituição através de doação de terras de ex-senhores para Dona Ifigênia e Dona Ricarda. Com dizem os pesquisadores, “onde houve escravidão houve resistência (idem, p.9)”.

Nesse sentido, Reis e Santos Gomes (2000, p. 12) sugerem que seria “mais frutífero investigar como os quilombolas continuavam em seus refúgios, com ritmos e meios diferentes, a formação de uma sociedade afro-brasileira que havia começado nas senzalas” e levantam a questão “por que quilombolas e escravos em geral escolheram manter certos aspectos de suas origens africanas e não outros, e assim, ao mesmo tempo que africanizavam seu novo mundo, renovavam o que da velha África conseguiram carregar consigo” (Idem, p.12).

No caso específico do Cafundó, uma dos aspectos que se mantém como relação ancestral de africanização do novo mundo é língua falada na comunidade, a cupópia, como bem demonstra o próprio título do livro de Carlos Vogt e Peter Fry, *Cafundó: A África no Brasil* (Campinas, Editora da Unicamp, 2013). Diferentemente dos relatos de diversos quilombos do país, em que os territórios eram refúgios, o bairro rural de pretos em Salto de Pirapora, objeto de estudo de Vogt e Fry (2013) se constituiu, como veremos nos depoimentos neste artigo, por doação de terras e a atribuição de Quilombo a esse território contextualiza-se na luta pelos direitos decorrentes da Constituição de 1988, a Constituição cidadã¹.

A comunidade Quilombo Cafundó, localizada no Município de Salto de Pirapora-SP, tem sua origem na doação de terras por parte dos seus ex-senhores no final do século XIX, prática essa atrelada à promessa de alforria em troca de lealdade de seus escravizados e também cientes de que a abolição da escravidão era algo próximo e certo, sendo essa uma das formas de tornar a comunidade dependente e controlada em relação a possíveis rebeliões ou fugas.

Havia por parte dos seus senhores o incentivo na formação de grupos familiares, que parece apontar para a permanência do grupo com estabilidade de parentesco², tanto no

¹ Uma contextualização mais detalhada dessa especificidade é desenvolvida por Vogt e Fry na seção “O Quilombo do Cafundó” do referido livro (VOGT; FRY, 2013, p. 296-305)

² Para um aprofundamento em relação à parentela que se origina nos pais e avós de Dona Ricarda, ver Vogt e Fry (2013, p.63-73) e também na próxima seção deste artigo.

Quilombo Cafundó como no extinto Quilombo do Caxambu, o que era considerado raro em situações de escravidão no Brasil.

Dentro de um momento pandêmico, onde ir a campo em busca das fontes necessárias para pesquisa era impossível, tivemos acesso aos depoimentos sonoros da Coleção Projeto Cafundó da Plataforma de Documentos Sonoros do Centro de Documentação Alexandre Eulálio da UNICAMP³. Esse conjunto de documentos sonoros nos permitiram acessar e reconstituir pela história oral, aspectos da memória coletiva da comunidade que, conforme nos lembra Halbwachs (1968 apud POLLACK, 1989, p. 4):

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.

Na escuta dessas gravações, os assuntos permeiam o cotidiano da comunidade e seus conflitos pela retomada das terras invadidas, a influência religiosa, a espiritualidade é algo que atravessa a todos dentro desse espaço, é o sagrado, numa cruzada entre o medo e a proteção. Nas narrativas, podemos notar também que são elas, as mulheres a deixarem a comunidade em busca do necessário para a sobreviver, já que não havia mais terras suficientes para o plantio e sustento de todos, partindo para as cidades próximas em busca de trabalho como domésticas ou cozinheiras, garantindo assim a subsistência necessária para si e para os que ficaram na comunidade.

Dentro dessa perspectiva, buscamos com esta pesquisa diminuir ou quiçá desconstruir esse apagamento sobre essas sujeitas históricas. Trazemos na escrita a vivência dessas mulheres, a escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo e que segundo ela traz a junção das palavras "escrever e vivência" como ela explica numa transmissão feita online de 2022: "A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade."⁴

A seguir, problematizamos a construção do Cafundó como um Quilombo mulher a partir de uma tradição matrilinear⁵ de suas *anguta*.

³ Para acessar a Plataforma de Documentos sonoros do Projeto Cafundó acesse: (<https://cedae.iel.unicamp.br/noticia.php?view=details&article=136>).

⁴ Para ver a live com Conceição Evaristo na íntegra, acesse <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>

⁵ Usaremos para definição de alguns conceitos-chave deste artigo, o livro de Kabengele Munanga, *Negritude, usos e sentidos* (MUNANGA, 2020). Nesse caso específico, apresentamos um termo relacional: Linhagem: Em todas as sociedades tradicionais da África negra, a linhagem é um grupo de solidariedade que congrega todos aqueles que

2. A tradição matrilinear do Quilombo do Cafundó

Segundo dados colhidos por Vogt e Fry (2013, p.91), essa estabilidade de parentesco era uma prática comum na região de Sorocaba, como há registros de que também ela acontecia em outras regiões do interior de São Paulo:

No mínimo os dados são coerentes com a hipótese de um grupo substancial de médios e grandes senhores de escravos possa ter seguido uma política de domínio centrada na tentativa de encorajar a formação de famílias entre seus escravos, visando torná-los mais dependentes [...] em suma trata-se de uma prática específica de domínio que teria emergido de um embate entre escravos e senhores numa determinada época e região.

Quanto a esta estabilidade familiar, Slenes e Faria (1998, p. 2) também confirmam que foi uma prática constante nas regiões rurais do Oeste Paulista no Século XIX:

Esses estudos mostram uma altíssima razão de masculinidade entre os escravos ao longo do século, junto com altas taxas de casamento formal, feito na Igreja, entre homens e mulheres, em propriedades com 10 ou mais cativos (nas quais estava a maioria dos escravos). Indicam também, para essas propriedades, uma estabilidade impressionante (no contexto da historiografia sobre o assunto) nas famílias conjugais constituídas (isto é, entre cônjuges e na convivência entre pais e filhos menores de 10 anos). Em suma, nas propriedades maiores, a experiência de viver numa família conjugal estável era a norma para a grande maioria de mulheres e crianças escravas. Além disso, em propriedades “maduras”, com muitos anos de funcionamento, essa estabilidade se traduzia na existência de muitas famílias extensas, contando com a presença de três gerações e a convivência entre irmãos adultos e seus respectivos filhos.

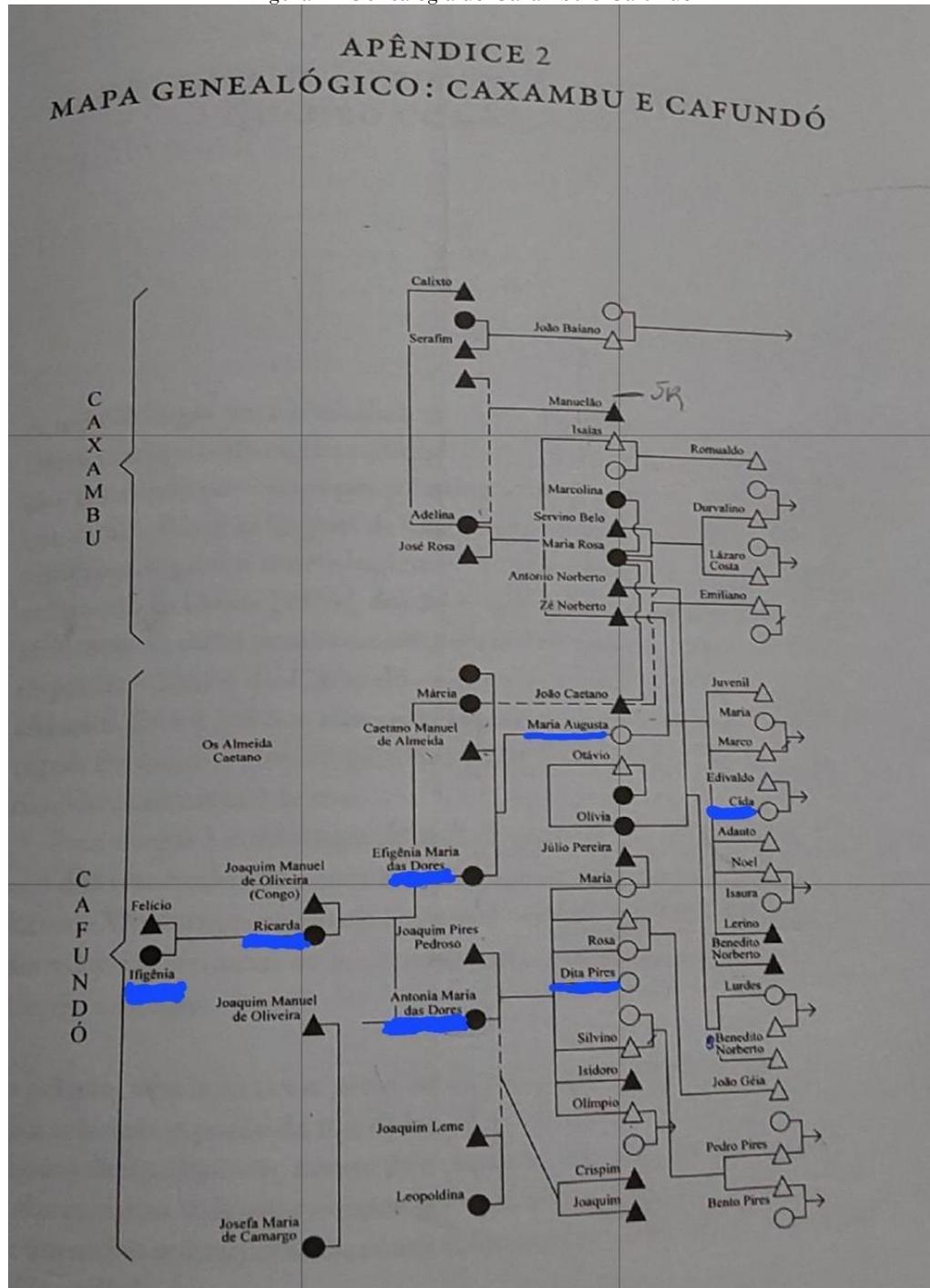
Seguindo as pistas deixadas em documentos e baseadas em depoimentos dos mais velhos sobre a doação das terras para os ex-escravizados do Quilombo Caxambu, e unidade dos grupos, é fato que essas duas comunidades se relacionaram e se casaram entre si. Como indicam os pesquisadores acima, a doação das terras acontece de forma semelhante para o Quilombo do Cafundó, onde esses grupos de escravizados divididos entre seus senhores, também parentes, recebiam os escravizados como herança, passados de pai para filhos, o que caracteriza essa proximidade desses dois grupos Caxambu e Cafundó.

Isso explica a linearidade desse grupo familiar e a permanência juntos, por tempo bem anterior à abolição. Algo considerado raro, afinal famílias de escravizados estruturadas parecia algo improvável, num contexto histórico de nação escravocrata. Dito isso, com essa linearidade construíram formas outras de solidariedades significativas, para além do parentesco, ressignificando e fortalecendo (re)existências.

descendem de um ancestral comum. Ela é patrilateral ou matrilateral, se os membros descendem de um ancestral comum masculino ou feminino. Fundamenta-se no parentesco pela consanguinidade (MUNANGA, 2020, p. 80-81), Ver figura 1 neste artigo para a compreensão da linhagem de mulheres que constrói a memória ancestral do Cafundó.

Apresentamos, a seguir, a genealogia do Cafundó e do extinto Caxambu, onde podemos perceber a união pelo casamento entre os dois quilombos e formação das duas parentelas que atualmente constituem o Quilombo Cafundó: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso.

Figura 1 - Genealogia do Caxambu e Cafundó



Fonte: Vogt e Fry (2013, p.333, grifo nosso)

É nessa perspectiva de construção genealógica linear desse grupo, que preferimos chamar de linha matrilinear das Angutas desse Quilombo Mulher, que buscamos o protagonismo dessas

mulheres pretas e quilombolas, que irão ressignificar esse território de terras doadas pelo escravocrata: o “Turi Vimba”, a Terra de Negros(as), espaço de liberdade, de encontros, amores, conflitos, negócios, colaboração e acolhida aos que lá se achegavam.

Nos documentos sonoros selecionados, predominam narrativas das descendentes e contemporâneas de Dona Ifigênia Maria das Dores: Dona Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a dona Cida, neta de Dona Ifigênia Maria das Dores; Dona Maria Augusta, filha de Dona Efigênia Maria das Dores e mãe de dona Cida; e Dona Benedita Pires Pedroso, sobrinha de Dona Ifigênia, filha de Dona Antonia Maria das Dores que foi escravizada ainda menina, cresceu fora da Comunidade, para lá só retornando com a abolição. Dona Antonia Maria das Dores uma das herdeiras das terras doadas e matriarca da parentela Pires Pedroso.

Os arquivos e documentação do testamentário encontrados em cartórios por Vogt e Fry (2013, p.62) deixam evidentes o que caracteriza o Cafundó hoje como comunidade/parentela que tem uma história que antecede à abolição em 1888, à doação de terra e à fixação do grupo no local atual. O que nos leva para essa linha que poderíamos chamar de matrilinear, por ser as terras doadas para as mulheres dessas famílias, mães pretas que provavelmente ainda traziam vivas memórias de um passado em terras ancestrais⁶ na África quando passaram a ser propriedade desses seus antigos senhores, que educava seus filhos e os filhos do seu senhor como amas de leite adaptado “pretoguês”, pois são elas essas mães pretas, que deixam a marca da africanização do português falado no Brasil, trazendo aqui Lélia Gonzalez que nos explica:

Ou seja, aquilo que chamo de “pretoguês” e que nada mais é do que a marca da africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamavam os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) (GONZALES, 2020, p.128 e 129).

Ifigênia Maria das Dores herda o nome de sua avó Ifigênia, nome da Santa dos Pretos, bisneta de Florinda que, segundo os pesquisadores Vogt e Fry (2013, p.69), é localizada nos registros de unidade doméstica da parentela de seus senhores escravocratas no ano de 1803.

A doação das terras do Quilombo do Cafundó foi feita para dona Ricarda, filha de Dona Efigênia e neta de Dona Florinda e teve como beneficiárias suas filhas, Antônia Maria das Dores

⁶ No vocabulário crítico do referido livro, *Munanga* (2020, p. 77) define assim o termo: Ancestral: Na concepção negra africana, o clã, a linhagem, a família, a etnia são uniões dos vivos e dos mortos. Entre os mortos há defuntos comuns e ancestrais. Estes últimos são os mortos que durante a vida tiveram uma posição social destacada, um rei, um chefe de etnia, um fundador de clã, etc. Origem de vida e prosperidade, ponto fixo de referência, o ancestral está sempre presente na memória de seus descendentes através do culto que deles recebe. São representados materialmente por estátuas, pedras e outros monumentos, de acordo com a diversidade cultural africana.

e Ifigênia Maria das Dores, como registram Vogt e Fry (2013, p.51) em entrevista com Dita Pires Pedroso, filha de Antônia:

A doação do Cafundó não foi feita diretamente nem à sua mãe, nem à sua tia. Segundo ela, foi sua avó Ricarda, mãe de Ifigênia e Antônia, que recebeu de Joaquim Manoel de Oliveira um pedaço de terra no bairro do Faxinal:” Quando chegou a liberdade, que deram a liberdade para eles saírem, eles ficaram meio triste, muito nervoso, deles saírem e não tinham nada. Sair só pra voltar, daí eles deram um pedaço de terra para eles que é aqui” (25/06/1978). Mais tarde, Dita Pires se corrige, afirmando que o Cafundó foi o resultado de uma troca de terras entre sua avó, Ricarda, e um tal de Rafael Teixeira, casado com Maria de Almeida: “Era lá, e daí quando ele {Rafael Teixeira} casou e pegou a parte da mulher e comprou tudo lá, aquele Faxina. E aí ele breganhou com meu avô. Ele pegou de lá e deu aqui” (1 /4/1980).

Pode-se deduzir, pelo depoimento acima de Dona Dita Pires Pedroso, sobrinha de Dona Efigênia, filha de Antonia Maria das Dores, que a troca das terras doadas foi escolha dos herdeiros da comunidade, o que nos leva a crer que buscaram uma certa proximidade com seus vizinhos e parentes do Caxambu, já que o que os separavam era o Rio Sarapuí, mas pode-se concluir que, espertamente, o avô Joaquim Manuel de Oliveira Congo, marido de dona Ricarda, buscava também com a troca de terras, mais autonomia e independência se mantendo longe das terras e domínios do seu ex-]senhor, fundando assim um território realmente de liberdade. Caxambú e Cafundó, dessa forma seguem unidos por casamentos entre eles e um vínculo anterior à doação da terra e à fixação do grupo no atual local. Vínculo esse que só irá se dispersar e fragilizar com as tomadas das terras do Caxambú e expulsão por parte dos fazendeiros dos antigos moradores e verdadeiros donos das terras. Parte dos Caxambuenses migram para o Cafundó e outros se espalham por várias cidades da região, extinguindo assim o Quilombo Caxambu por volta da década de 1960.

Dona Benedita Pires Pedroso descreve a troca de terras e a expertise de seu avô Joaquim Congo no trato e combinações de acordos com seus vizinhos fazendeiros e, mais uma vez, afirma com convicção para quem realmente as terras foram doadas, como nos indica em depoimento abaixo:

Peter Fry: Mas essa terra aqui era maior não é Dona Dita. Essas que vocês moram aqui?
Dita Pires: Esta área, é. Ela tinha uma vortinha ali mais por cima um pouco. mas quando seu Honório de Almeida fez a plantação aqui, ele combinou com meu avô, pegou aquela vorta do banhado aqui e embicô aqui naquela cerca. Mas combinância do meu avô com seu Honório, eles que mandavam, nós tudo era criança. Eles que faziam e desfaziam.
Peter Fry: Mas a senhora disse quando estivemos aqui, que sua mãe pegou essa terra aqui. Quem que deu pra ela?
Dita Pires: Não era da minha mãe. Era da minha avó, Ricarda.
Peter Fry: E quem que deu pra ela então?
Dita Pires: o sinhô dela(...) do tempo da liberdade.

(DEPOIMENTOS 1 de abr. 1980 a,29(a))

Hoje a comunidade do Cafundó é reconhecida como remanescente de quilombo, de acordo com o previsto no artigo nº 68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição de 1988, onde se pode ler: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988). O termo “remanescentes de quilombo” veio da necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, que até então, era configurado como algo de um passado distante, de escravos em fugas e resistências no tempo de um Brasil colonial, caracterizando o que permeia no imaginário popular até então.

Corroboramos com os pesquisadores Vogt e Fry (2013), responsáveis pela “descoberta” dessa comunidade em 1978, até então invisíveis para o Estado, quando colocam esse alargamento do conceito quilombo de uma maneira mais inclusiva, trazendo a definição de Joel Rufino Santos:

Os grandes quilombos praticavam a posse útil da terra, a policultura e o respeito ao ecossistema. No plano político, funcionavam como cidades-Estados obedientes à fórmula tradicional africana de poder-travar-poder. No que respeita às interações culturais, foram modelos de convivência e democracia racial se não forçar um pouco a mão aplicar ao passado expressões de hoje. {...} Podemos partir de uma definição larga e elementar: seriam os aglomerados rurais de produtores livres, com maioria de negros, instalados há cem anos ou mais, por ocupação espontânea ou doação senhorial. (Negro aí não é raça, nem cor. É a pessoa que vê e é vista como negra, preta, crioula, morena etc. O tema é complexo.) (SANTOS apud VOGT; FRY, 2013, p. 304).

A historiadora Beatriz do Nascimento apresenta no documentário Ôrí (1989), dirigido por Raquel Gerber, o conceito aquilombar que, de maneira geral, representa a busca pelas forças dos antepassados e das experiências dos quilombos, enquanto espaço de resistência ao sistema escravocrata, criando possibilidades outras de organização sociopolítica. Nascimento (ORI, 1989) acredita no surgimento do quilombo como recentralizador do negro em terras estranhas, em meio a outros povos reacendendo a esperança na liberdade e na reconstituição de suas forças ancestrais. É o homem dizendo que não quer ser propriedade de outro homem, que tem direito a seu espaço próprio: o livre viver. Sobre os quilombos brasileiros, a historiadora diz:

Quilombo surge do fato histórico que é a fuga, o ato primeiro de um homem que não se reconhece como propriedade de outro homem. Daí a importância da migração, da busca do território do pertencimento ancestral. Nesse momento se estabelece na floresta tropical do nordeste do Brasil, depois em quase todo o Brasil, em especial Minas e Bahia e somente no século XIX em São Paulo. (ORI, 1989, transcrição do documentário.)

O ato primeiro da fuga era, assim, a busca pelo pertencimento em novo e estranho território, sendo o objetivo primordial dos sequestrados de suas terras em África, dos sobreviventes da longa viagem transatlântica, o livre viver, era urgente a necessidade dos

escravizados alcançar a liberdade, a dignidade e o sonho em se reorganizar para a construção de uma nova sociedade – a recriação adaptada de sua terra de origem. Ratts (2006, p.68) enfatiza a importância dessa ligação do povo africano com a terra nesse deslocamento para Beatriz Nascimento:

As mulheres e os homens africanos viveram uma travessia de separação da “terra de origem”, a África. Nas Américas, passaram por outros deslocamentos como a fuga para os quilombos e a migração do campo para a cidade ou para os grandes centros urbanos. Para Beatriz Nascimento, o principal documento dessas travessias, forçadas ou não, é o corpo. Não somente o corpo como aparência – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – pelas quais negras e negros são identificados e discriminados.

Beatriz Nascimento traz a relação quilombo africano e brasileiro, recriação da África em terras distantes e na diáspora, em constante deslocamento, onde se percebe o protagonismo da mulher dentro desta visão de mundo africano, que valoriza o feminino e tem como princípio a ligação com o cosmo e a reposição da energia buscada na natureza.

É ela, a mulher, quem faz as oferendas e, no contexto colonial, onde uma das formas de resistência negra era a fuga, as oferendas nas matas ganhavam outra intencionalidade, alimentar aqueles que estavam em busca da liberdade e de um outro lugar para si. A autora ressalta o que ainda vemos hoje, a questão da luta pelo território, pelo pertencimento, pois é a eterna busca da identidade, destruída em todo processo de colonização e que perpassa nosso cotidiano na forma do racismo estrutural⁷.

Na próxima seção, apontamos aspectos da resistência da mulher negra no Quilombo do Cafundó em depoimentos de Dona Efigênia Maria das Dores.

3. Dona Ifigenia Maria das Dores: Baobá do *Turi Vimba*

Seguindo as narrativas em registros de documentos sonoros dos descendentes de Dona Ifigênia Maria das Dores, buscamos compreender as conexões plausíveis que evidenciem essa mulher líder e visionária, que enfrentou a opressão e cobiça dos fazendeiros que insistiam em

⁷ Na Introdução de seu livro *Racismo Estrutural* (Almeida, 2019), Silvio Almeida mostra que “A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade”.

invadir suas terras, dessa mãe solo, viúva, que buscava o sustento dentro e fora da comunidade, a avó e madrinha de todos, que se apegava na fé em seus Santos ou Orixás, a parteira que ajudava a trazer à vida os novos descendentes da comunidade. Tudo isso dentro de uma problemática racial que permeia ainda hoje a formação do Brasil como nação que relega aos povos de origem africana os lugares sociais marginalizados, onde a luta para (re)existir se compõe em verdadeiros campos de conflitos diários pelo espaço de pertencer.

Otávio Caetano, o filho mais velho dessa matriarca, traz em um de seus causos fantasiosos ou não pois tudo no imaginário do povo rural é real, uma das lembranças de um tempo ainda menino, que demonstra esse espírito de cuidado de uns para com o outro onde a coletividade e união eram estratégias de sobrevivência. Em depoimentos de 1978 ele nos relata, um acontecimento sobrenatural ou fruto do medo nas estradas sem iluminação a noite, mas que também nos mostra como era a rotina de trabalho de Dona Ifigênia, o trabalhar fora, cuidar da terra e dos filhos, uma constante na vida da mulher preta ontem e hoje:

Pesquisador: Seu Otávio, o senhor lembra de alguma história?

Otávio Caetano: História a gente sempre lembra. Conta assim já positivo, mas a gente sempre lembra alguma história que sucede né.

Pesquisador: Alguma história que sua mãe contava, alguma coisa assim, o senhor lembra?

Otávio Caetano: Hummm. Eu vou contar uma!

Pesquisador: Então conta.

O.C.: É a minha mãe trabalhava de fazer pão né, eu tinha 11 anos mais ou menos e ia buscar ela.

P.: Onde que ela trabalhava?

O.C.: Trabalhava aí nos Almeida.

P.: Na casa deles?

O.C.: Isso é, de fazer pão, e todo dia ia buscar ela. ela fazia a semana inteira né. P.: sei.

O.C.: Daí quando foi lá um dia, nós vinha vindo, que sempre tinha confusão né. Vinha vindo quando chegou numa arturalá, aqui existia lobo compreende? Lobo desses graúdos, desses guará né. E nós vinha vindo com ela, era umas 11 horas da noite. Quando foi de apar de uma capelinha véia aí, capelinha aí perto (antiga capelinha perto da estrada que foi derrubada pelos invasores). De repente escuitemos aquele rincho igual de um animal, um potrinho, uma criação né. ela disse: - Olha o lobo aí! E pegava a gente mesmo. Ela saiu correndo e latino que nem cachorro pá podê livrar nós. E eu enxergava o bichão que passava de apar galopeando assim. Deu duro pá nós chegar aqui. Ele vinha cercano até uma artura. Quando nós chegemo aqui [eu] eu disse: - Mãe, amanhã eu vou? Ela disse: - Não, amanhã você não vai sozinho porque é perigoso vim pegá nós aqui no lugar, no lugar que ele apurou. Aí todo dia vinha um, trazer, vinha com um cachorro pá trazer nós. Que aqui tinha onça. (DEPOIMENTOS...1978b,005(b))

A avó, Dona Ifigênia Maria das Dores, que contava aos netos histórias do avô africano Joaquim Congo, mantendo assim a tradição oral construindo memórias e fortalecendo o vínculo de toda a comunidade com a terra ancestral África de onde muitos dos seus foram sequestrados

e escravizados como o Vô Congo, uma criança de mais ou menos 12 anos de idade. Segundo VOGT; FRY, (2013, p.69) em documentos de matrícula, o fogo onde se registravam as unidades domésticas, propriedades do escravocrata:

A primeira menção que se faz de Joaquim Congo vem provavelmente no Rol eclesiástico de 1940, em que aparece um escravo chamado Joaquim com 12 anos de idade, na unidade doméstica de Joaquim Manoel de Oliveira. essa idade é coerente com a de Joaquim Africano (45 anos) da matrícula de 1972. Quando perguntamos a dona Dita com que idade Joaquim Congo desembarcou no Brasil, ela responde sem hesitação, que foi com 12 anos. Aparentemente, o Rol de 1840 o registra pouco depois de sua chegada. VOGT; FRY, (2013, p.69)

É corrente essa fala entre todos os descendentes de Joaquim, passando meses dentro de um navio na travessia do Atlântico, sobreviveu, que ele mesmo contava o tempo passado no navio pelo plantio e colheita, que quando foi tirado de sua terra natal estavam plantando e quando aqui chegou já estavam colhendo.

Como narrado em depoimento de Dona Cida, juntamente com sua mãe Dona Maria Augusta, a filha caçula da Matriarca Ifigênia, nos áudios Cf(k) 002(b) do Projeto Cafundó, onde fala com carinho sobre esse ancestral africano:

Cida: A vovó contava muita coisa.
Pesquisador: Contava é?
C: Contava.
P: Quando eu era pequena, eu andava com ela, nos ia buscar lenha, ia para a roça, ia pescar. Ela ia contando pra nós né.
P: Contava das coisas que ele fazia quando estava na África?
C: É, contava assim, quando tinha chegado, dos antigo né.
Maria Augusta (filha de Vô Ifigênia): Ele contava que saiu da África e casou pra cá.
P: Então ele saiu da África moço?
M.A: É.
(DEPOIMENTOS... 1978a,002(b))

É a Matriarca Ifigênia que ensina sua neta Maria Aparecida de Almeida Aguiar, a Cida, como carinhosamente era chamada por todos, a lenhar, a plantar e pescar, um tempo que as crianças aprendiam junto, fazendo junto, observando os mais velhos.

Com a inexistência de fotos de Dona Ifigênia, as imagens abaixo são a memória que os mais velhos trazem dela e passam de geração em geração, uma mulher preta, magra, alta e forte que sempre carregava um lenço na cabeça e usava saia ou seria um pano amarrado na cintura.

Figura 2: Imagem de Dona Ifigênia Maria das Dores [,] criada a partir da memória coletiva

Fonte: Acervo pessoal do José Inaldo (Zé do Feitor).



Fonte: PIRES, A. A. et al. (Orgs.)2006).

Mulher preta quilombola, sujeita política nessa travessia pela (re)existência e luta pela terra, que enfrenta com fé e coragem as desigualdades produzidas por uma sociedade que historicamente subjuga e extermina corpos pobres e negros, em especial, a mulher negra, essa Baobá Ifigênia Maria das Dores permanece viva no imaginário da comunidade, ressignificando o território como terra sagrada e de resistência ancestral. Descrita por seus descendentes como uma mulher preta alta, Dona Ifigênia Maria das Dores, tinha a altivez das muitas mulheres dignas da realeza que por aqui forçosamente aportaram, sequestradas de sua terra natal África, que com sabedoria e sutileza, característica de uma líder natural, estabelece mediação entre convivência e resistência, criando estratégias de sobrevivência em meio à opressão.

Essa mulher preta, nascida, criada em território sonhado para ser de liberdade, estreita os vínculos com o quilombo vizinho pelo casamento, como nos relata Dona Dita Pires em documentos sonoros, entrevistas a Carlos Vogt e Peter Fry. Salto de Pirapora agosto, setembro e outubro de 1980 e fevereiro e outubro de 1984 sobre o modo de vida e costumes da comunidade:

Carlos Vogt: E dona Ifigenia teve filhos antes do casar ou não?
Dita Pires: Não. Ela casou, depois de casada, que ela teve filhos.
Carlos Vogt: E Ifigênia era filha de quem então?
Dita Pires: Ifigênia era filha de Ricarda.
Carlos Vogt: Com pai diferente?
Dita Pires: Não. O mesmo.
Carlos Vogt: Ela vem depois de Serafim? Quando é que ela vem?
Dita Pires: Era a mais nova.
Carlos Vogt: Ela foi caçula?
Dita Pires: É. Ifigênia é a caçula.
Carlos Vogt: E Ifigênia casou onde?

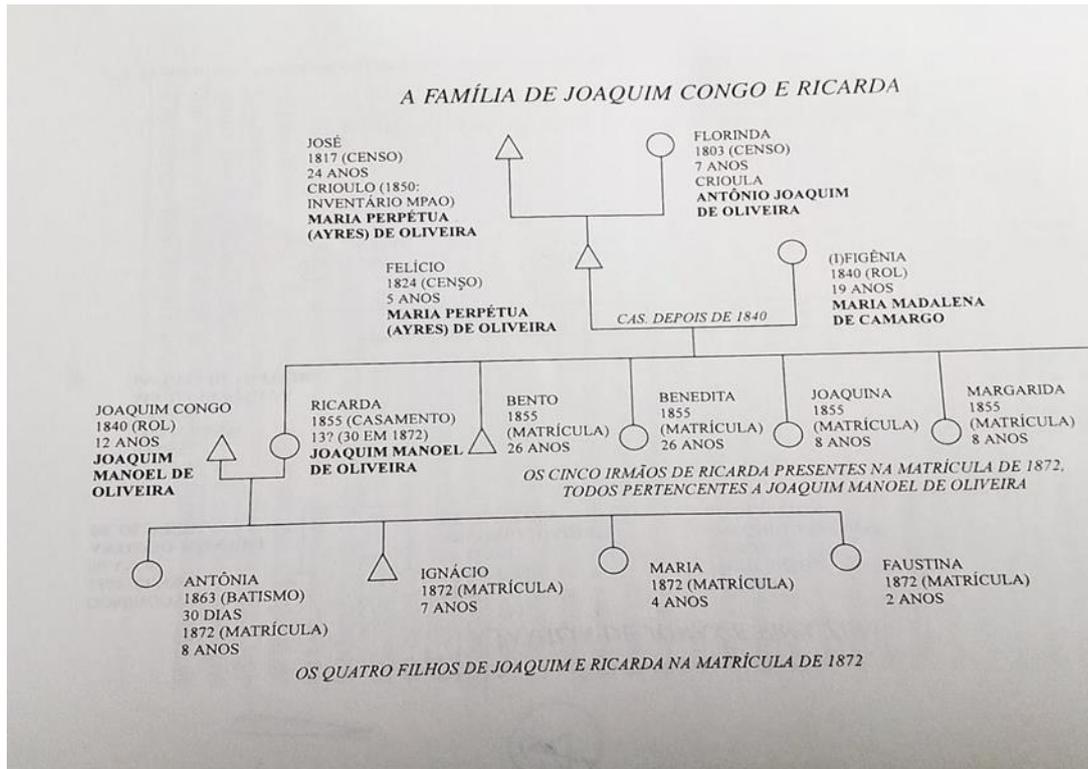
Dita Pires: Casô aqui mesmo, Pilar do Sur. Nós morava aqui mesmo. Nesse tempo não tinha Salto de Pirapora ainda. Era só Pilar do Sur e Sarapuí. Batizado e casamento.
DEPOIMENTOS: Salto de Pirapora, SP/ agosto, setembro e outubro de 1980 e fevereiro e outubro de 1984.Cf(k)021(b))

Aliança pelo casamento entre os dois quilombos Cafundó e Caxambu. Dona Ifigênia Maria das Dores mantém o vínculo de parentesco com o Quilombo vizinho, casando-se com Caetano Manoel de Almeida, que provém do grupo dos herdeiros das terras doados aos escravizados do Caxambu, alianças essas que irá continuar com sua filha caçula Dona Maria Augusta que também se casa com um Caxambuense, José Norberto. A matriarca Dona Ifigênia dos Caetanos, a filha caçula do casal Joaquim Congo e Dona Ricarda, traz a força da africanidade de Joaquim de “nação africana” como eram designados os recém chegados no Brasil pela sua procedência, local onde foram sequestrados e embarcados nos navios tumbeiros. Como a marca de propriedade do seu senhor, Congo irá receber o nome de seu dono: o escravocrata Joaquim Manoel de Oliveira.

Reconstituir esse passado do povo negro é uma busca interminável, é como montar uma colcha de retalhos, onde se vai juntando pedacinhos de panos de histórias e memórias aqui e ali, reconstruindo identidades apagadas, desconfiguradas nesse processo desumano que foi a colonização, é nesse juntar “provas” de nossa existência e re)existência, e poder livremente reconstituir nossas subjetividades e nosso modo de ser e estar no mundo, a busca por documentos que atestam de onde viemos, quem somos, como vivíamos se faz necessário, em livros amarelados pelo tempo, de um passado onde o povo preto era tratado como propriedade de outro homem. Como exemplo de registros dessa união, encontrados nos antigos assentos da Diocese de Sorocaba, pode ser apontado o registro de casamento de Joaquim Congo e Ricarda.

O registro de união daqueles que iriam formar as duas parentelas que hoje vivem na Comunidade do Quilombo Cafundó, Dona Ricarda como Joaquim Manoel de Oliveira Congo, que traz no nome a nação de sua origem ancestral, África de onde ainda criança foi brutalmente sequestrado para ser propriedade de Joaquim Manoel de Oliveira, por esse documento também pode-se notar a estabilidade familiar de Dona Ricarda, filha de Felício e Ifigênia, também pertencentes ao mesmo senhor escravocrata.

Figura 3 - A Família de Joaquim Congo e Ricarda



Fonte: Vogt e Fry (2013, p.70)

Segundo Vogt e Fry (2013), a imagem acima, elaborada a partir dos inventários, listas censitárias e registros da Igreja, onde podemos notar também inserida na família do escravocrata a Dona Florinda, avó de Dona Ricarda. Como nos esclarecem os autores: “(...) a data mais antiga é 1803, quando Florinda, avó de Ricarda, aparece na documentação pela primeira vez, quase 70 anos antes da matrícula”, que aqui no caso é 1872, até esse ano da matrícula podemos notar que Congo e Ricarda tinham 4 filhos, assim como eles ainda eram propriedades do senhor Joaquim Manuel de Oliveira, sendo Antonia Maria das Dores de quem falaremos mais abaixo era a filha mais velha, nota-se também nesse ano de matrícula a ausência de Dona Ifigênia o que nos leva concluir que ela seria a caçula e nasce em território de liberdade, o Quilombo Cafundó. Nesse sentido, Ifigênia Maria das Dores, a Matriarca dos Caetanos, como nos confirma nos áudios seu filho Otávio Caetano, quando questionado sobre seu nascimento ele cita sua mãe Ifigênia:

P: Você sempre viveu aqui?

O.C: Nasci e me criei aqui, minha mãe nasceu e se criou aqui. (...) (DEPOIMENTOS... 1978a,001(a))

Dona Ifigênia Maria das Dores traz na (re)existência toda uma ancestralidade carregada do ser mulher África, da sabedoria do como sobreviver em meio a desigualdades produzidas por uma sociedade que os invisibiliza e os subjuga, podemos deduzir que essa força se constrói nessa

rede de apoio de mulheres pretas. Em depoimentos de Dona Dita Pires para Peter Fry, podemos concluir que por serem contemporâneas Ifigênia e Dita Pires eram essas mulheres/meninas juntas na caminhada, no atravessar a pequenina ponte do rio Sarapuí, que separava os quilombos vizinhos, juntas nas visitas aos parentes do Faxina e Caxambu.

Dona Dita nos relata essas memórias, trilhas de afetos no reencontro com seus entes queridos, nas visitas feitas aos parentes e à bisavó Ifigênia que continuou a morar no Faxinal:

Peter Fry: Dona Dita, quando vieram pra cá no Cafundó, a senhora era, já lembra né?
Dita Pires: Não, eu nasci aqui.
Peter Fry: Nasceu aqui. Mas a senhora conheceu outro lugar onde eles moraram, o Faxiná?
Dita Pires: Conheci um pouco.
Peter Fry: A senhora visitava lá?
Dita Pires: Visitava no tempo da minha bisavó. Eu era menina pequena. Eu lembro.
Peter Fry: Ainda tinha gente morando lá da família?
Dita Pires: Tinha, a avó, a bisavó.
Peter Fry: A bisavó?
Dita Pires: É a avó (Ricarda) já tava aqui, porque foi na liberdade que foi feito.
Peter Fry: Como que era o nome da sua bisavó Dona Dita?
Dita Pires: Ifigenia.
Peter Fry: Ifigenia.?
Dita Pires: É
Peter Fry: A mãe da Dona Ricarda?
Dita Pires: É
Peter Fry: Quem era o marido da Ifigenia (bisa)?
Dita Pires: É.
Peter Fry: E eles moravam lá embaixo. Dona Ifigenia a bisavó?
Dita Pires: Senhor? É Elas moravam, porque era deles. (Dona Dita parece não entender a pergunta o pesquisador repete a pergunta)
Peter Fry: De quem?
Dita Pires: Da avó Ifigênia.
Peter Fry: Mas como que ela conseguiu essa terra?
Dita Pires: O sinhô que deu prela quando saiu a liberdade. Ela era escrava.
Peter Fry: Deu pra ela?
Dita Pires: É pra fia, a Ricarda
DEPOIMENTOS: Salto de Pirapora, SP/. 01 Abril de 1980. Cf(k)029(a)

Dona Dita traz nessas memórias o vínculo de afeto e visitas ao Faxinal. Nota-se que tinha especial carinho pela bisa Ifigenia, avó de Ifigênia Maria das Dores, e compartilha em depoimentos de 1980 para Peter Fry esses momentos, demonstrando na voz a nostalgia de passeios e visitas no aconchego da casa da bisavó, lembranças do carinho e alegria com que eram recebidos:

Peter Fry: Então moravam pra lá então depois que trocaram pra cá?
Dita Pires: É. a avó (bisa Ifigênia) ainda morreu pra lá (Faxiná). A fia, a avó (Ricarda) veio pra cá.
Peter Fry: A senhora lembra dela?
Dita Pires: Lembro muito de male má. ela era gorda, uma pretona gorda(...) reforçada. O bisavô (Felício) não conheci.

Peter Fry: Ela era gorda então? Era brava ou não?

Dita Pires: Não, não. Me lembro dela tão agradável(...) ficava alegre quando nós chegava.

Peter Fry: E ela tinha outros filhos além da Ricarda, dona Dita?

Dita Pires: Que eu me lembro, que eu me lembro bem era uma filha só, chamada Joaquina, essa me lembro bem, ela morou junto conóis aqui. E o filho morreu. esse não cheguei a conhecê.

Peter Fry: Quer dizer que Joaquina era irmã da sua irmã Ricarda?

Dita Pires: É. (Confirma e diz que não se casou e não teve filhos)

Peter Fry: E a sua avó Ricarda, teve quantos filhos?

Dita Pires: Quantos? A mais velha, Inacio, Antonia, Benedito, Serafim, Vicente(Vicente e Inácio casou e teve filhos em Jundiacanga e Ifigenia Maria das Dores ilha de Ricarda.

Peter Fry: Quando a senhora era menininha a senhora conheceu Caxambú ou não?

Dita Pires: Conheci. Conheci que eu ia passear com minha mãe (...Ela tinha compadresco, tudo lá.

Peter Fry: Aha, ela tinha parente lá?

Dita Pires: Tinha. era casada lá, mas já morreu tudo

DEPOIMENTOS: Salto de Pirapora, SP/. 01 Abril de 1980.Cf(k)029(a)

A Baobá Dona Ifigênia, filha de Ricarda, neta de Ifigênia, nome da Santa dos pretos, de quem herda o nome, bisneta de Florinda, a continuidade de uma linhagem de mulheres pretas que permanece viva no imaginário, e narrativas dos seus(as) descendentes. Em uma revista sobre sua vida, produzida por suas netas e bisnetas, elas narram sua importância e seu protagonismo onde nos conta como era o cotidiano de Dona Ifigênia:

Naquele tempo Vó Ifigênia trabalhava socando arroz no pilão dentro e fora de casa, preparava azeite de mamona, que tinha como utilidade lubrificar as rodas dos carros de boi, tecia esteiras de palha de bananeira, fazia serviços nas casas de fazendeiros e principalmente trabalhava na lavoura (PIRES et al., [2006], p.4)

Nos relatos acima, percebemos o cotidiano da matriarca, a dupla jornada da mulher e principalmente da mulher preta e periférica ontem e hoje. Na imagem abaixo, reproduzida a partir da memória que seus descendentes tinham de Dona Ifigenia, uma mulher alta e magra, sempre com um pano amarrado à cintura e lenço na cabeça.

Em *Eu sou Atlântica* (RATTS, 2006), Beatriz Nascimento busca em suas pesquisas demonstrar que essa busca pela liberdade do povo negro é contínua nesse processo de quilombamento como forma de (re)existir ao sistema de opressão e ela nos diz: “Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los”. (RATTS, 2006. p. 57)

Como vimos anteriormente, o Quilombo Cafundó tem origem numa doação senhorial para Dona Ricarda, mãe de Dona Ifigênia Maria das Dores, avó de Dona Dita Pires, se antes esse grupo localizado na zona rural do município de Salto de Pirapora era conhecido como um

bairro de pobres e destituídos de quaisquer infraestrutura ou cuidados por parte do Estado.

A partir dessa “descoberta”, como pesquisadores e mídia nomearam, o Quilombo do Cafundó passou a ter um sentido, pois o que os diferenciava de forma especial era a língua falada pelos moradores do quilombo, reconhecida pelos pesquisadores através dos vocábulos africanos do tronco linguístico banto, como o kimbundu e Umbundu - a Cupópia ou Falange - um patrimônio cultural e importante elemento de interação social do grupo dentro e fora da comunidade. Vogt e Fry (2013, p. 294-295) escrevem sobre a importância dessa descoberta:

A “língua africana” do Cafundó, cujo uso embora ritual, não tem calendário, constitui [...], um emblema da riqueza cultural de sua gente, mas também o estigma de sua pobreza e de sua cor. A língua vela e desvela, é um segredo que se conta a si mesmo e que se esforça para manter-se na sua simplicidade e estranheza. É o tesouro intangível da sobrevivência da comunidade enquanto tal [...] desse modo o Cafundó, comunidade negra, bairro rural do Município de Salto de Pirapora, não pertence mais à sua própria geografia. Por meio da imprensa, da televisão, dos artigos e teses acadêmicas, dos congressos dos movimentos políticos, das organizações não governamentais, atualmente, por meio da Internet, o Cafundó consolidou-se como “cidadão do mundo”

Esse lugar de “cidadão do mundo” aconteceu em 2012 quando o Incra regulamenta o termo de concessão para a comunidade do Cafundó onde mais da metade das terras que foram invadidas passaram a ser de uso coletivo, não podendo ser vendidas, garantindo que passará de geração em geração. Pode-se dizer que toda a luta e persistência empregada pela matriarca Dona Ifigênia em ficar nas terras iria se concretizar neste Termo de concessão.

4. Considerações Finais

Concluimos que nas vozes dessas mulheres ou angustas da comunidade do Quilombo Cafundó ou melhor, desse Quilombo Mulher, se faz presente a história da formação desse território de pertença e saberes ancestrais de toda uma coletividade, o que nos leva a pensar ser esse um território de aprender a descolonizar e encantar com nossa ancestralidade africana. Nesse contexto, Freire Machado (2020) nos convida a esse encantamento:

O encantamento por nossa ancestralidade africana nos leva a seguirmos numa luta engajada por nosso direito à vida, à existência em sua totalidade. Desse modo, é necessário não perdermos de vista a construção da consciência política, social, cultural, amorosa, estética, filosófica, de pertencimento, também para a construção de uma sociedade democrática, onde o bem-viver marque nossas existências, nos permitindo viver plenamente nossa cidadania e assim o respeito às diferenças aparece como primordial. Portanto, compreendemos que a descolonização perpassa a escuta sensível, a percepção do todo, o cuidado a cada segundo com o que o colonizador (e o patriarcado construído por eles) e o racismo entranham em nosso modo de ser e estar no mundo.

Estamos em pleno século XXI, ano de 2023, marco de duas décadas da criação da Lei

10.639/2003⁸, sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a primeira lei sancionada no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, algo para estar a comemorar, mas, infelizmente, ainda se busca por sua concretização, sua efetividade nas escolas e universidades com qualidade e propriedade no assunto, quando acontece é de forma rasa, pelas beiradas e frestas dos currículos escolares, o que nos faz concluir que ainda temos um longo caminho a seguir nessa incansável luta diária para a construção de uma educação antirracista, uma educação inclusiva e descolonizada.

E é nessa toada que buscamos contribuir, através da escuta dos documentos sonoros do Projeto Cafundó, para uma releitura da história e cultura africana e afro-brasileira, através desse diálogo com as filosofias presentes na sabedoria ancestral, nas memórias das que vieram antes, suas experiências vividas e transmitidas nesse território de aprender, esse Quilombo Mulher do Cafundó.

Para ilustrar essa busca e ressignificação dessas matriarcas ancestrais, invizibilizadas, silenciadas, violadas, trazemos novamente poema de Conceição Evaristo (2005, p. 74-75) que nos indica o caminho a trilhar nesse percurso:

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Fontes

DEPOIMENTOS: de Otávio Caetano sobre a forma como aprendeu a “língua africana”. Salto de Pirapora-SP: [s. n.], 1978a, (Cf(k)001(a)). Disponível em: [http://eulalio.iel.unicamp.br/sys/audio/albums.php?action=show &album=21](http://eulalio.iel.unicamp.br/sys/audio/albums.php?action=show&album=21). Acesso em: 01.jun. 2022.

DEPOIMENTOS: Entrevista com Peter Fry com Dona Dita Pires sobre sua vida, casamento entre parentes, afilhados, religião, feitiço, doação de terras, escravidão e os filhos da avó. Salto de Pirapora-SP, 01.04.1980a Cf(k) 029(a). Disponível em: <http://eulalio.iel.unicamp.br/sys/audio/albums.php?action=show &album=21>. Acesso em:

⁸ Em 2003, entrou em vigor a Lei 10639 tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino Fundamental e Médio. Cinco anos mais tarde, a Lei 11645 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

27.12. 2022.

Documentário

ORI. Direção: Raquel Gerber. TV Brasil, 1989. Disponível em:<<https://drive.google.com/file/d/1PBQutmbgkx63IUUD8qOgIM2wKVId4n/view>>. Acesso em:13 de jun.2022.

Referências

FREIRE MACHADO, A. FILOSOFIA AFRICANA DESDE SABERES ANCESTRAIS FEMININOS: BORDANDO PERSPECTIVAS DE DESCOLONIZAÇÃO DO SER-TÃO QUE HÁ EM NÓS.Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 12, n. 31, 2020. p. 27-47.

MUNANGA, Kabengele. Negritude. Usos e Sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15

RATTS, Alex J. P. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em:01 jun. 2022.

REIS, João José; SANTOS GOMES, Flávio dos. Introdução. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; SANTOS GOMES, Flávio dos. (orgs.) Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 9-25.

SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. Tempo. Niterói, Rio de Janeiro. Vol. 3 n. 6, dezembro de 1998. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022. p. 1-7.

VOGT, C.; FRY, P. Cafundó. A África no Brasil: Linguagem e Sociedade. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

Sobre os autores:

Andreia Aparecida de Oliveira: Mestranda do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana(PPGECH/ UFSCar) Graduada em História pela Universidade de Sorocaba (1994). Professora de História efetiva no Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Tem experiência na área de alfabetização inicial e de jovens e adultos. Coordenou o Cine Clube Quilombinho, no qual realizava exibição de filmes, documentários e debates com participação de alunos da rede pública e tendo como recorte

principal a abordagem das relações étnico-raciais. Atua como professora alfabetizadora voluntária no Quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora - SP. Tem interesse em temas voltados para questões negro-africanas, quilombolas, cultura afro-brasileira e feminismo negro.

Geraldo Tadeu Souza: Possui graduação em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (2002). É pesquisador na área de Lingüística, com ênfase em Teoria Dialógica da Linguagem do Círculo de Bakhtin. É docente da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana da mesma universidade.

Artigo recebido para publicação em: 22 de agosto de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 23 de dezembro de 2023.

Como citar:

OLIVEIRA, Andreia Aparecida de; SOUZA, Geraldo Tadeu. Quilombo Cafundó: um quilombo mulher (ancestralidade, memória e tradição matrilinear). *Revista Transversos*. Dossiê: Gêneros, poderes e sexualidades nas tramas da história. Rio de Janeiro, n.º. 29, 2023. pp. 78-97. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/80997>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.80997

